



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO 10530.724844/2009-51

ACÓRDÃO 2202-010.586 – 2^a SEÇÃO/2^a CÂMARA/2^a TURMA ORDINÁRIA

SESSÃO DE 02 de abril de 2024

RECURSO VOLUNTÁRIO

RECORRENTE LAERT JOSE RIBEIRO

RECORRIDA FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2008

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO VOLUNTÁRIO. JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS. PRECLUSÃO.

Somente se conhece de novos documentos, juntados pela primeira vez com a interposição do recurso voluntário, se presente ao menos uma das hipóteses legais autorizadoras, i.e., força maior, caso fortuito, contraposição de fato superveniente, destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos., ou demonstração da impossibilidade ou da desproporcionalidade do sacrifício para obtenção dessa prova (art. 16, § 4º, a, b e c do Decreto 70.235/1972).

No caso, não há demonstração da razão que impediria a apresentação de documentos destinados à comprovação do pagamento de honorários advocatícios, durante a interposição da impugnação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sonia de Queiroz Accioly - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Thiago Buschinelli Sorrentino - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Joao Ricardo Fahrion Nuske, Alfredo Jorge Madeira Rosa, Marcelo Milton da Silva Rizzo, Thiago Buschinelli Sorrentino, Sonia de Queiroz Accioly (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário, interposto do Acórdão 1263.348, , prolatado pela 18^a Turma da DRJ/RJ1 , com o qual se manteve parcialmente o crédito tributário impugnado.

Referido acórdão-recorrido foi assim ementado:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2008

OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA DECORRENTES DE AÇÃO TRABALHISTA

É de se manter a presente infração uma vez que consta das Dirf acostadas aos autos valor dos rendimentos tributáveis maior que o discriminado pelo interessado em sua declaração de ajuste anual.

DEDUÇÃO INDEVIDA DE PREVIDÊNCIA OFICIAL RELATIVA À RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA

Não há como prosperar a presente infração em face de o valor de previdência oficial retida para o CPF do contribuinte ter sido maior que o lançado pelo contribuinte em sua DAA/2008.

COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

É de se manter a presente infração uma vez que consta das Dirf juntadas ao processo o valor de imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos recebidos do trabalho assalariado e dos decorrentes de ação trabalhista.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Só são dedutíveis os honorários advocatícios arcados pelo beneficiário e pagos para a percepção de rendimentos recebidos obtidos por via judicial, quando devidamente comprovados mediante a apresentação de documentação hábil e idônea.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido em Parte

Por bem retratar o quadro fático, transcrevo o relatório adotado pelo órgão julgador de origem:

Contra o contribuinte foi lavrada a Notificação de Lançamento de fls.05/11 relativa ao Imposto Sobre a Renda de Pessoa Física, ano-calendário 2007, para cobrança do crédito tributário no valor de R\$ 7.543,59 (fl.05).

O lançamento é decorrente das seguintes infrações:

* omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de ação trabalhista de R\$ 18.044,13 (IRFonte de R\$ 0,00);

* dedução indevida de previdência oficial relativa aos rendimentos recebidos de pessoa jurídica, no montante de R\$ 5.691,20;

* compensação indevida de imposto de renda retido na fonte de R\$ 1.481,05.

O enquadramento legal encontra-se às fls.07, 08, 09 e 11.

Inconformado, o interessado apresentou a impugnação de fls.02/03 alegando que:

1.é funcionário público do Departamento de Infra-Estrutura do Estado da Bahia, pelo regime da CLT;

2. logrou reclamação trabalhista na 4^a Vara do TRT, o que se arrastou por mais de vinte anos, transformando o débito em precatório trabalhista sob o nº 01966.1987.004.005, cujo o advogado inicial era o Dr. Eurípedes Brito Cunha;

3.o recibo de comprovação de honorários era e é sempre feito pela secretaria do advogado, a Sra. Terezinha Sampaio dos Santos;

4.procurou, então, um outro advogado, que passou a ser o Dr. Daniel Gomes Brito que reduziu em Juízo os honorários doravante retidos e pagos na 4^aVara,

conforme se pode provar pelas planilhas de verbas;

5.ressalta que, apesar de o atendimento ter sido bastante melhorado, as planilhas de verbas continuaram a ser cópias xerox, sem a devida autenticação, para dar plena comprovação dos fatos;

6.no comprovante de rendimentos de 2007, consta como contribuição previdenciária R\$ 6.558,80 (fl. 5998 do processo trabalhista em execução, em 27/12/2006), cujo pagamento só foi efetuado em 09/02/2007, por meio de TED do Banco do Brasil;

7.informa que a contribuição para FUNPREV é de R\$ 2.600,63, mas que na folha 6483 (em anexo) do processo 01966.1987.004.00 consta uma contribuição ao FUNPREV de R\$ 3.092,15;

8.assim, somando todas as contribuições à previdência pública, o total seria de R\$ 12.251,58;

9.acrescenta que, no comprovante de rendimentos/2007 consta o imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 9.947,16 e às fls.5998, cuja pendência já foi citada, consta o valor de R\$ 7.721,90 e às fls. 6483 em anexo, um total de R\$ 31.334,05, perfazendo um total de R\$ 49.003,13;

- 10.destaca que as supracitadas quantias foram retidas por órgãos públicos;
- 11.em 2007, o DERBA pagou R\$ 68.162,14 de proventos/brutos e do precatório, em fevereiro de 2007, R\$ 35.108,55, o que resultou em um líquido, conforme TED do Banco do Brasil de R\$ 19.256,25 e a segunda parcela do precatório, R\$ 128.370,63 (bruto/planilha anexada e autenticada);
- 12.em 2007 foram efetuados pagamentos a Daniel Brito Advocacia Tributária e Empresarial S/C, CNPJ 03.901.094/0001-68, no valor total de R\$ 4.094,57 (conforme notas de faturas e recibos), ao Dr.Eurípedes Brito Cunha , R\$ 24.941,53, conforme recibos assinados por Terezinha Sampaio dos Santos, que assina para todos do precatório;
- 13.está anexando junto ao presente o TERMO DE CONCILIAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO JUDICIAL autenticado, bem como cópia da fl.5.998;
- 14.sempre atendeu às solicitações da Receita Federal do Brasil quando intimado, mas ao depender de terceiros deixou de cumprir o prazo de entrega de documentação;
- 15.com relação aos documentos assinados pela Sra. Terezinha Sampaio dos Santos acredita que há uma procuração que lhe conceda este direito;
- 16.em face do exposto, demonstrada a dificuldade de obtenção da documentação, dependência de “terceiros” e que em nenhuma hipótese os advogados patronos podem negar o recebimento de honorários retidos na fonte e sacados diretamente da verba, pede a reavaliação e impugnação do lançamento, após a entrega da fl.5.998 do precatório.

Cientificado da decisão em 11/08/2014 (fls. 84), o recorrente interpôs este recurso voluntário em (10/09/2014), cujas razões recursais podem assim serem sintetizadas:

Novos documentos demonstram o efetivo pagamento dos honorários advocatícios.

Ante o exposto, pede-se o reconhecimento do direito à dedução dos valores pago a título de honorários advocatícios, com a desconstituição parcial do crédito tributário.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro(a) Thiago Buschinelli Sorrentino - Relator(a)

Conheço do recurso voluntário, porquanto tempestivo e aderente aos demais requisitos necessários para exame e julgamento das questões postas pelo recorrente.

A questão de fundo devolvida ao conhecimento deste Colegiado consiste em se decidir se é possível deduzir, da base calculada do IRPF, os valores pagos a título de honorários

advocatícios, com base em documentação juntada apenas com a interposição do recurso voluntário.

Não obstante entendimento em sentido contrário, formado por ocasião do exame de recursos no âmbito da 1^a Turma Extraordinária desta 2^a Seção, observo que esta 2^a Turma Ordinária, da 2^a Câmara, desta 2^a Seção, firmou orientação quanto à impossibilidade de exame de nova documentação apresentada pelo recorrente, se ausente uma das hipóteses legais permissivas.

A propósito, transcrevo o seguinte trecho de manifestação apresentada pela Conselheira Sonia de Queiroz Accioly, em assentada anterior:

A deficiência da defesa na apresentação de provas, sob sua responsabilidade, não implica a necessidade de concessão de prazo.

Doutro lado a preclusão processual é um elemento que limita a atuação das partes durante a tramitação do processo, imputando celeridade em prol da pretendida pacificação social.

De acordo com o art. 16, inciso III, do Decreto nº 70.235, de 1972, os atos processuais se concentram no momento da impugnação, cujo teor deverá abranger "os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância, as razões e provas que possuir", considerando não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante (art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972).

Assim não é lícito inovar após o momento de impugnação para inserir tese de defesa diversa daquela originalmente deduzida na impugnação, ainda mais se o exame do resultado tributário do Recorrente apresenta-se diverso do originalmente exposto, contrário a própria peça recursal, e poderia ter sido levantado na fase defensória.

As inovações devem ser afastadas por referirem-se a matéria não impugnada no momento processual devido.

Soma-se que, no recurso, o Recorrente não demonstrou a impossibilidade da apresentação documental, no momento legal, por força maior ou decorrente de fato superveniente.

Sem o exame da novel documentação, é impossível reverter a constatação a que chegou o órgão julgador de origem, no sentido da ausência de prova do efetivo pagamento dos honorários advocatícios.

Ante o exposto, CONHEÇO do recurso voluntário, e NEGO-LHE PROVIMENTO.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Thiago Buschinelli Sorrentino

ACÓRDÃO 2202-010.586 – 2^a SEÇÃO/2^a CÂMARA/2^a TURMA ORDINÁRIA

PROCESSO 10530.724844/2009-51